



Resenha

Rorty, R. *Filosofia como política cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 336 páginas.
ISBN: 9788561635398

Rorty: um filósofo sem modelos

por Paulo Ghiraldelli Jr

“Cultural politics”, na formulação rortiana, não é o que se pode entender por “política cultural”, do modo que empregamos esta última expressão em nosso cotidiano nacional. Quando falamos de “política cultural”, em geral estamos nos referindo a ações do estado ou de instituições de nossa sociedade que querem planejar e/ou dar rumo para um setor especial e restrito chamado “cultura”. Em seu último “Philosophical papers”, o filósofo norte-americano batiza a filosofia – como ele acredita que ela pode sobreviver – como “cultural politics”. Neste caso, a filosofia é assumida como o campo de incentivo ao que eu chamo de “o espaço da permissão do erro”. A filosofia como “cultural politics” é a narrativa pautada antes pela imaginação que pelo cálculo, antes pela criatividade que pela descoberta, de modo a não deixar que o trabalho de *redescrição* se encerre caso existam chances (sempre há, não?) de trazer à vida algo mais rico que aquilo que já foi feito.

Agora que os quatro volumes dos “Philosophical papers” de Rorty estão publicados, fica difícil não ver que este último volume é, propositalmente, o fechamento de um trabalho que visava, desde o início, reinventar a filosofia. John Dewey, de quem Rorty sempre quis ser herdeiro, enfrentou um problema semelhante em sua época: reconstruir a filosofia após uma série de acontecimentos que haviam trazido para várias pessoas a desconfiança de que a filosofia não teria mais qualquer função. É exatamente isso que Rorty quis fazer, ao longo de sua trajetória, ao menos a partir de 1979. Ele assumiu que uma série de acontecimentos internos e externos da filosofia, como no tempo de Dewey, havia posto os filósofos em xeque e, então, buscou fornecer um caminho para aqueles filósofos que, como ele, tinham sido impactados por tais acontecimentos (particularmente, também, o meu caso).

Ao longo de seu percurso, Rorty tentou várias formulações novas para que pudéssemos ainda filosofar, mesmo após termos ficado impressionados com boa parte do que disseram os filósofos contemporâneos, notadamente os que tiraram o pirulito da boca do fundacionismo, do representacionismo ou do vanguardismo. A idéia de Rorty era continuar falando de filosofia, uma vez que era claro que a conversa que ele vinha fazendo não era uma narrativa científica – menos ainda religiosa ou propositalmente literária-ficcional. Rorty chegou a criar coisas como a filosofia como uma “infinita conversação” ou a filosofia como “atividade de redescrição” etc. Mas, ao decidir por batizar a filosofia como “cultural politics”, Rorty quis dizer que agora, ao menos para nós, intelectuais deflacionados de metafísica e penduricalhos desse tipo, há algo que fazemos que é filosofia, sim, sem que isso implique em uma grande novidade e sem que seja qualquer coisa que teria de cair na rubrica de ciência ou outro tipo de narrativa. Nós que somos davidsonianos-rortianos, e que, nessa linha, lemos os livros única e exclusivamente como livros, sem uma hierarquização vertical capaz de dizer que um é mais importante que outro por causa de que algum deles se aproxima mais da “Realidade Como Ela É”, temos na expressão “cultural politics” a chave para falar o que é *fazermos filosofia*.

“Cultural politics” é exatamente isto: a ação de intelectuais, que podem se chamar de filósofos, que visa não deixar que o debate de todos os outros intelectuais se silencie por alguém, em meio à *Agora* de nossos tempos, que queira encerrar a conversa por causa de que acha que, enfim, se chegou à verdade – ao “Mais Real”. O filósofo que toma a filosofia como “cultural politics” é aquele que diante de um argumento que parece encerrar a discussão, tem a importuna idéia de perguntar se não está para surgir outros argumentos contrários ou outras questões que tornam aquela discussão toda apenas ante-sala para uma nova discussão. Trata-se do filósofo que olha para o lado, sempre achando que um tipo esquisito vai querer redescrever as coisas e, com isso, introduzir algo novo na roda. Nesse caso o filósofo, ou melhor, a filosofia, está longe de ser a “guardiã da razão”, como Habermas queria, há trinta anos, quando ainda sem conhecer pessoalmente Rorty, escreveu um artigo contra aquele norte-americano que começava a ficar digno de ser lido pelos orgulhos europeus. Mal Habermas sabia, naquela época, que ele próprio seria tragado pela revolução que o moço, filho do brilhante poeta James Rorty, iria desencadear. Pois, enfim, até Habermas, hoje, tem dificuldades de assumir a filosofia como “guardiã da razão”. A filosofia de Habermas, aliás, tem cada vez mais se tornado parte da filosofia como “cultural politics”.

Este é o elemento central do livro de Rorty *Philosophy as cultural politics* que saiu, agora, traduzido pela Martins Fontes como *A Filosofia como política cultural*. Ao menos a revisão da tradução do livro poderia ter sido levada adiante por um leitor de Rorty. Mas não foi e, por isso mesmo o livro, às vezes, não parece ser um “livro de Rorty”. Mas pode ser usado por um leitor inteligente que, enfim, aqui e ali, siga os originais.

O conjunto dos *papers* reunidos neste quarto volume dos “Philosophical papers” forma uma maneira de Rorty exercitar, ainda no campo mais restrito do que a tradição não desmentiria como sendo filosofia, as conseqüências dessa sua atitude para a filosofia. Na introdução, Rorty tenta estabelecer como que ele, agora, vê o seu antifundacionismo. A idéia não é distante daquela posta em outros livros, mas com uma modificação de referência notável. Antes, Rorty via o antifundacionismo e o deflacionismo da verdade na linha Wittgenstein-Heidegger-Dewey ou na linha Dewey-Quine-Davidson, agora, Rorty parece ter sentido a necessidade de voltar a falar de ontologia, exatamente por ele ter considerado os estudos de seu próprio aluno, Robert Brandon, e de ampliar sua simpatia pelos românticos, como Hegel. Rorty elabora então um modo de mostrar que o campo ontológico de Brandon são as *relações sociais*, e estas não se põem como uma base que possa reintroduzir *fundamentos* pela janela, um dia postos porta afora. Não, Rorty assume que tomar as relações sociais como o campo no qual se dá a disputa de narrativas é nada mais nada menos que apenas delimitar um campo para que o jogo ocorra – jogo político, sem dúvida! –, sem qualquer determinação prévia de quem pode ser os participantes e muito menos os vencedores. Qual jogo? O jogo de “dar e pedir razões” – jogo este que, se olharmos bem para a história da filosofia, não seria estranho dizer que a filosofia foi ou deveria ser a atividade de prestígio de uma atividade desse tipo. Jogo este que nada mais é que o da “cultural politics” – tomar decisões no âmbito cultural segundo argumentos e narrativas que não deixam nunca de serem argumentos políticos.

O livro de Rorty vai deixar os velhos leitores dogmáticos novamente horrorizados. Aqueles que já haviam gritado e esperneado com Rorty, por ele dizer que é a democracia que garante a filosofia e não esta que fundamenta aquela, vão agora, diante desse politicismo, fazer todo tipo de pantomima. Vão torcer o nariz e, enfim, como sempre, repetir o que já fazem há anos. Há quem adora repetir.

Além disso, o livro vai tornar os que não querem repetir, mas que são meio carcomidos, umas baratas tontas. Pois, neste segundo caso, encontraremos os que irão querer achar modelos de ação para fazer a filosofia como “cultural politics”. Obviamente, não encontrarão tal coisa. A cada caso, a filosofia irá entrar para dar e pedir razões, mas a

“jurisprudência” que irá deixar para cada caso só será feita com a nossa participação em cada caso. Ora, casos, em nosso mundo, é o que não falta.

Paulo Ghiraldelli Jr., filósofo, Centro de Estudos em Filosofia Americana (CEFA)